

Operações de paz como incentivo ao profissionalismo das forças armadas: o caso uruguaio

Peacekeeping operations as incentive to professionalism of armed forces: the case of Uruguay

Tiago Pedro Vales*

Meridiano 47 vol. 12, n. 128, nov.-dez. 2011 [p. 36 a 41]

Introdução

A década de 1990 experimentou uma nova configuração no sistema internacional. A oposição entre Estados Unidos e União Soviética não mais vigorava dando certa abertura política para o surgimento de novos atores no sistema internacional. Neste cenário, a ONU, que até então desempenhava um papel secundário nas relações internacionais, viu a oportunidade de se firmar como instituição internacional de peso relevante uma vez que ficou incumbida de promover debates e discussões acerca dos temas de segurança e paz internacional. Assim, as operações de paz, de responsabilidade da citada organização desde sua criação (1945), tornaram-se uma ferramenta de promoção não só dos ideais e princípios, mas também da própria Organização enquanto instituição.

O aumento do número de operações de paz a partir da década de 1990 demandou, uma relevante quantidade de soldados para compor suas tropas de paz. O número de operações de paz não é o único fator a influenciar nesta demanda, houve também um aprimoramento nas atividades desempenhadas nas operações de paz. As tradicionais e limitadas operações de observações já não eram mais suficientes para manter a paz, era necessário, por exemplo, ações humanitárias, monitoramento de processos políticos, entre outras atividades que requeriam uma presença mais massiva e mais atuante.

Dado o contexto, muitos países se dispuseram a enviar efetivos militares para servir à ONU nessas operações. O número total de efetivos em operações de paz tem variado de acordo com a necessidade das operações. Atualmente, segundo o Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO), os países que mais contribuem obedecem o seguinte *ranking*:

* Mestre em História e Cultura Política pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista - FCHS/UNESP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. (tpvales@gmail.com)

Tabela 1: Ranking dos países contribuintes em operações de paz da ONU em 2010

POSTO	PAÍS	Efetivos enviados
1º	Paquistão	10.672
2º	Bangladesh	10.380
3º	Índia	8.680
4º	Nigéria	5.873
5º	Egito	5.404
6º	Nepal	4.430
7º	Jordânia	3.595
8º	Ruanda	3.545
9º	Gana	3.154
10º	Uruguai	2.686
11º	Senegal	2.339

Fonte: Departamento de Operações de paz das Nações Unidas (online)

Os países acima dispostos contribuem segundo interesses particulares. O objetivo de alguns é se inserir em políticas internacionais de visibilidade mundial, outros o fazem para resolver algumas questões internas, etc. No entanto, pode-se notar que os dez primeiros dispostos no *ranking* apresentam alguns denominadores comuns, ou seja,

[...] não pertencem ao grupo de países desenvolvidos, tampouco têm assento permanente no Conselho de Segurança, salvo eventualmente quando são eleitos como membros rotativos. Alguns deles são países que outrora receberam soldados da ONU em operações de paz em seus respectivos territórios, como por exemplo, Índia, Paquistão e Ruanda (VALES, 2011).

Para este trabalho, escolheu-se analisar a participação uruguaia em operações de paz, com foco na questão da profissionalização de seus efetivos enviados a essas operações. A escolha deste país não é aleatória. O Uruguai é o único país sul-americano dentre os dez primeiros do *ranking* acima, tem uma população relativamente pequena (aproximadamente 3,5 milhões de habitantes), principalmente quando comparada com os outros que o acompanham no *ranking*, como a Índia (aproximadamente 1,03 bilhão) e Paquistão (aproximadamente 162,5 milhões). O Uruguai também se destaca por ter um das menores Forças Armadas comparando não só com os países mais participativos em operações de paz, mas também em relação aos seus vizinhos e outros países sul-americanos. Contudo, o Uruguai apresenta o melhor índice de desenvolvimento humano (0,850) entre os países do ranking e o terceiro melhor da América do Sul, atrás de Chile (0,878) e Argentina (0,866) (PNUD, 2010). O país destaca-se ainda por ter os menores índices de corrupção da América Latina, com as melhores condições políticas e de trabalho, segundo a organização não-governamental Transparência Internacional (2009).

Este trabalho é composto de três partes. Na primeira delas se expõe um breve histórico das operações de paz, abordando como estas estão organizadas legalmente, e quais os documentos que constituem suas bases direcionais. Na segunda parte, apresenta-se as relações da sociedade uruguaia com suas Forças Armadas em uma perspectiva histórica. Por fim, na última parte, descreve-se em quais medidas os efetivos militares uruguaiois se beneficiaram de suas participações em operações de paz e como as Forças Armadas, de uma forma geral, conseguiu aproveitar esses implementos da ONU como ferramenta de profissionalização.

Desenvolvimento das operações de paz

Operações de manutenção da paz é o nome conferido às atividades da ONU formuladas com o objetivo de atingir a paz ou de mantê-la quando se identifica riscos. Apesar da identificação automática como uma política da ONU, as operações de paz, ou atividades semelhantes precedem a criação desta Organização (1945). As operações de paz já eram praticadas enquanto vigorava o regime da Liga das Nações que, nas décadas de 1920 e 1930 procurava promover medidas com este caráter. Dentre as principais funções estavam a manutenção da paz, o zelo pela ordem, administração de territórios em disputa e o monitoramento de cessar fogos (BIGATÃO, 2008).

Com a criação da ONU, após a Segunda Guerra Mundial, esta Organização encarregou-se de promovê-las e gerenciá-las e, embora tenha se tornado uma das principais ferramentas de ação da ONU, as operações de paz não são diretamente mencionadas na Carta das Nações Unidas. Para implementá-las, as Nações Unidas baseiam-se principalmente nos capítulos 6 e 7 da citada carta.

O capítulo 6 dá ao Conselho de Segurança o direito de intermediar a solução de conflitos, oferecendo alguns serviços e garantias para que a paz prevaleça sobre uma eventual ameaça. É importante ressaltar que as ações descritas neste capítulo dependem do consentimento ou da solicitação das partes em conflito.

O capítulo 7, por sua vez, outorga à ONU o direito de intervir em determinado território a fim de impor ou assegurar a paz, podendo usar a força militar não sendo necessária uma permissão prévia do país ou grupos envolvidos em conflitos. (NAÇÕES UNIDAS, 1945)

O Conselho de Segurança da ONU é o principal responsável por essas operações. O uso recorrente do recurso ao veto, principalmente durante o período da Guerra Fria, resultou em impasses e inação deste Conselho, razão pela qual à altura dos anos 1990, a partir de uma mudança no comportamento dos membros deste Conselho, o número de operações deste tipo aumentou. Nos anos seguintes, segundo Brigagão (2004), “as Missões de Paz da ONU evoluíram da simples interposição de forças internacionais beligerantes aquiescentes para um efetivo instrumento de construção da paz, tendo lugar em cenários de conflito ainda ativos e intra-estatais”.

A falta de uma definição melhor acerca das diferentes modalidades de operações de paz suscitava várias discussões. Com o fim da Guerra Fria, essas operações tornaram-se bastante freqüentes, evidenciando ainda mais a necessidade definições. Assim, o então Secretário geral das Nações Unidas, Boutros-Boutros Ghalli publicou, em 1992, o documento “*An agenda for peace*”. Neste documento o secretário descrevia cinco categorias nas quais se encaixavam as diferentes operações de paz. Estas categorias são (VALES; PÁDUA; AOKI; 2009):

1. Diplomacia Preventiva – Prevenção de possíveis conflitos intra ou interestatais. Baseadas no Capítulo 6.
2. Promoção da paz – Igualmente baseadas no capítulo 6, consistem em soluções diplomáticas para conflitos já iniciados. Buscam a suspensão das hostilidades.
3. Manutenção da paz – Operações consentidas pelas partes conflitantes com o objetivo de monitorar e/ou controlar conflitos e levá-los a um acordo de paz. Devido à amplitude de suas ações e funções, as operações de manutenção da paz não se enquadram perfeitamente no capítulo 6 e tampouco no capítulo 7, assim, alguns analistas costumam dizer que há um capítulo 6 e meio para essas missões.
4. Imposição da paz – Caracterizadas pelo uso da força, são implementadas quando o Conselho de Segurança da ONU julga uma determinada situação como algo que ameaça a paz e segurança internacional, ruptura da paz ou ato de agressão. São baseadas no capítulo VII.
5. Consolidação da paz – Postas em prática após a assinatura de um acordo de paz, essas operações tem como objetivo dar suporte e oferecer condições para que a paz vigore. Este processo pode ser político, através do fortalecimento de instituições e também pode incluir investimentos em infra-estrutura e reconstrução.

As Forças Armadas uruguaias e as operações de paz.

O processo de profissionalização das Forças Armadas, de acordo com Rial (1986), inicia-se ainda no século XIX, ao fim da Guerra contra o Paraguai, da qual o Uruguai participou juntamente com o Brasil e Argentina, levado pelo compromisso firmado pelo presidente Venancio Flores (1865–1868), em troca de apoio dos governos vizinhos para que chegasse à presidência.

As necessidades da Guerra do Paraguai fez com que o Uruguai começasse a profissionalizar suas tropas, principalmente porque, na ocasião, o exército uruguaio experimentava uma situação inédita, a de combater junto a tropas internacionais em local alheio ao seu território. Entre as necessidades do exército estava um melhor aparelhamento, algo que somente o Estado poderia proporcionar. Ao analisar este aspecto, Chirico (1985) afirma que

[...] os avanços materiais que, por sua vez, vão distanciar as forças do regime governamental das milícias opositoras, exigirão uma especialização funcional cada vez mais acentuada. É precisamente ato o último quarto de século que começam a chegar os produtos militares europeus [...]

alega ainda que,

[...] somente o aparato estatal dispunha dos recursos necessários para custear os equipamentos dessa entidade e do pessoal treinado para utilizá-los, requisitos que, de nenhuma maneira os caudilhos locais podiam suprir, indefesos ante o encarecimento das campanhas [...]

A melhoria nos equipamentos e no profissionalismo das Forças Armadas permitiu, anos mais tarde o fortalecimento do Estado uruguaio frente à divisão que existia entre as duas forças políticas, os Blancos e Colorados. Este processo, que incluía outros aspectos como reformas econômicas, foi denominado por *Modernización* do Estado uruguaio, iniciado pelo presidente Lorenzo Latorre (1876 – 1880). Apesar do forte militarismo característico do governo Latorre, as Forças Armadas ainda permaneciam como uma instituição pouco prestigiada, vistas como um instrumento da burocracia estatal. Ainda assim, Latorre manteve o aprimoramento técnico e profissional das Forças Armadas.

Os processos de modernização do Estado uruguaio foi seguido pelos próximos presidentes uruguaios até 1903, quando José Battle y Ordoñez chega ao poder, iniciando uma nova fase neste processo, inaugurando um período de importantes mudanças, mais tarde denominado período batllista, compreendendo o mandato de vários presidentes (1903 – 1929).

No referente à gestão das Forças Armadas, as políticas implementadas por Batlle vão no sentido de mantê-las subjugadas ao poder civil. Batlle herdou um exército com uma cultura política de subordinação ao poder político civil. As Forças Armadas, que já eram vistas com um certo desprezo pela população, ficavam cada vez mais distantes da sociedade. Como afirma Rial,

[...] as forças armadas, no século XX, haviam assumido uma função puramente profissional. [...] Foram praticamente separadas, isoladas pela sociedade civil, com a qual tinham escassos graus de contato devido aos sistemas de recrutamento, e consideradas como um estorvo, ainda que inofensivo, instrumento burocrático, por parte da maquinaria estatal e pelas comunidades políticas. (RIAL, 1986)

Apesar de deixar as Forças Armadas um tanto isoladas em relação à sociedade, Batlle não se absteve de tratar da questão militar no Uruguai. O recente passado de lutas por conta da política uruguaia, impôs a necessidade da presença de um exército bem treinado e armado e, acima de tudo, subordinado ao poder político. Batlle, de modo

a desconcentrar o exército na capital, dividiu o exército em pequenas unidades dispostas no interior do país sob o controle do Ministério da Guerra. A intenção, segundo Rial (1986), além de proporcionar maior controle sobre o território, era dividir para governar.

A eleição de 1931, que trouxe Gabriel Terra à presidência representou um novo período na história política do Uruguai, não só por substituir o modelo batllista mas, principalmente, pelo desenrolar das questões institucionais do governo que se iniciava. Em 1933, através de um golpe de Estado, o presidente Gabriel Terra instalou um governo autoritário no país, quebrando a ordem constitucional vigente até então. O golpe de Gabriel Terra teve apoio do Corpo de Bombeiros, liderados então por Alfredo Bodomir, que viria a ser o mandatário do Uruguai após a saída de Gabriel Terra do poder.

As Forças Armadas, por sua vez, não tiveram uma participação ativa no golpe. Segundo Chirico (1985), as Forças Armadas teriam entendido que o golpe não representava uma total quebra da ordem constitucional já que Gabriel Terra havia sido eleito de forma democrática. Por outro lado, a falta de uma posição das Forças Armadas pode ser resultado do desconhecimento de suas reais funções, já que desenvolviam funções mais burocráticas em detrimento das atividades militares.

A política militar do governo de Gabriel Terra, a princípio, seguiu o modelo batllista. A falta de ação das Forças Armadas no período batllista continuou no governo de Gabriel Terra. No entanto, essa mesma falta de ação teve implicações positivas na profissionalização militar. Fazendo parte de uma sociedade que valorizava o crescimento através de um sistema educacional amplamente difundido desde o início do século, os militares saíam de seus quartéis e eram freqüentemente vistos nos bancos das universidades.

No início da década de 1940, já no governo de Alfredo Bodomir (1938–1943), o processo de profissionalização das Forças Armadas já havia se desenvolvido de tal maneira que já era possível e necessário estabelecer um código de leis que tratasse exclusivamente da questão militar. Assim, em 1941, promulgou-se a Lei Orgânica das Forças Armadas. Pouco tempo depois, em 1946, a Armada Nacional, na época denominada Marina, teve também sua Lei Orgânica específica.

Durante os conflitos da Segunda Guerra, as Forças Armadas uruguaias iniciaram uma aproximação às suas irmãs norte-americanas. Ainda que de maneira lenta e gradual este processo veio a culminar em uma modernização tecnológica e na assinatura do Tratado de Cooperação Militar, em 1952, ficando acordado que os Estados Unidos forneceriam treinamento e equipamentos às Forças Armadas uruguaias.

A partir da segunda metade da década de 1950, apresenta-se uma crise política, agravada pela insuficiência do poder público de propor alternativas à crise econômica. Influí ainda para este contexto a Guerra Fria, que dividiu o mundo entre comunistas e capitalistas. Posto que as Forças Armadas uruguaias estão incluídas no sistema de proteção mutuo da América Latina, sob forte influencia norte-americana, o comunismo passou a ser o inimigo natural e principal alvo de suas ações repressivas no país.

Durante a década de 1960, à medida em que as condições econômicas tornavam-se mais críticas, agravavam-se as tensões entre forças políticas da sociedade com grupos armados que se enfrentavam em uma guerrilha urbana. Na tentativa de conter esses conflitos, as Forças Armadas foram chamadas a atuar de forma repressiva. Assim, de praticamente desconhecidas, as Forças Armadas apareceram a boa parte da população como um novo ator no cenário nacional. Mesmo dentro das Forças Armadas, a nova situação provocou uma reflexão sobre sua real missão. De acordo com Rial (1986),

Quando a crise do estado providente fez com que as Forças Armadas tivessem de tomar parte cada vez mais ativa nas relações entre Estado e sociedade essas forças armadas foram apresentadas a grande parte da população com um rosto desconhecido: atuaram como força policial.

Em meio a este cenário, as Forças Armadas foram, pouco a pouco, evidenciando seu papel como um órgão capaz de promover a ordem interna e garantir a soberania do Estado uruguaio, ganhando, então, através das medidas de seguridade adotadas pelo governo, certa autonomia em relação ao poder civil como nunca antes tiveram.

Entre fevereiro e junho de 1973, ocorreram os principais fatos que colocaram as Forças Armadas no poder. Na tentativa de manter o controle institucional sobre as Forças Armadas, o presidente Juan María Bordaberry (1973 – 1976) anunciou o General Francese como titular do Ministério da Defesa. No entanto, essa indicação foi rechaçada pelos oficiais comandantes do Exército e da Força Aérea, que acusaram Francese de ignorar a situação do país e das Forças Armadas.

Pouco tempo depois, as Forças Armadas emitiram dois documentos, os Comunicados Nº 4 e Nº 7. O primeiro, relatava a preocupação dos militares com seu papel na condução do Estado, bem como opinavam sobre temas que fugiam da sua alçada como as questões econômicas, a reformulação do serviço exterior, a formulação de planos para combater o desemprego, a extinção de todas as formas de subversão existente no Uruguai e justifica a intervenção das Forças Armadas em setores da sociedade de modo a garantir os objetivos acerca dos temas expostos. O segundo, por sua vez, reforça os desígnios propostos no primeiro e acrescenta outros de maneira mais específica como, por exemplo, a modernização de infra-estruturas, melhoria das qualidades dos serviços públicos, entre outros². Esses documentos podem ser caracterizados como o símbolo da mudança de postura das Forças Armadas, que até então não se pronunciavam sobre assuntos alheios à sua área de atuação.

Pressionado, em 27 de junho de 1973, o presidente Bordaberry enviou ao Parlamento o decreto de dissolução das Câmaras, que foram substituídas pelo Conselho de Estado. Bordaberry manteve-se no poder até que, por pressão dos militares, foi substituído por Alberto Demicheli, em 1976. Deste modo, as Forças Armadas uruguaias chegavam definitivamente ao poder. De acordo com Rial (1986), o golpe militar de 1973,

Para muitos, se tratava de uma surpresa, as politizadas Forças Armadas uruguaias, finalmente, se “latinoamericanizavam”, quíça tanto como o país, e assumiam um papel forte na condução política.

A partir de então, as Forças Armadas passaram a se aproximar da população, tornando-se uma instituição paternalista, abrindo-se a novos efetivos, acentuando a idéia de que o Exército era uma importante forma de ascensão social e de emprego público. Deste modo, em 1978, o número de efetivos do exército havia chegado a 38 mil homens. Além disso, um exército forte e organizado era necessário para garantir o funcionamento do regime, sobretudo para fazer frente aos grupos armados que contestavam o regime, como os Tupamaros e outros.

Esse contexto segue sem mudanças significativas até 1980, quando o governo decide institucionalizar o regime através de um plebiscito. As propostas foram rejeitadas por cerca de 60% dos uruguaios. A partir de então, os militares rumaram para uma transição à democracia, devolvendo o poder aos civis. Esse processo durou até 1985 quando tomou posse o presidente Julio Maria Sanguinetti (1985 – 1990). Para que o governo fosse devolvido aos civis, os militares impuseram algumas condições que lhes garantiram certa autonomia em relação ao poder político. Essas negociações formam o conjunto de regras denominado *Pacto do Clube Naval* (1984). Soma-se a isso a lei que anistiou os militares por suas ações durante a ditadura, a chamada Lei de Caducidade, cuja validade já foi questionada por várias vezes através de plebiscitos (o último foi em 2009), mas sempre foi mantida.

O governo de Sanguinetti e o seguinte, de Luis Lacalle (1990 - 1995), no que se refere à política externa, buscava reinserir o Uruguai no sistema internacional, tentando recuperar o seu prestígio no campo das relações internacionais, defendendo principalmente o Direito Internacional, uma bandeira já tradicional na história política do país, e o respeito aos Direitos Humanos, cujo tema havia sido um estigma na política uruguaia durante o

² Os Comunicados No 4 e No 7 podem ser consultados em: < <http://www.scribd.com/doc/39320785/Comunicados-4-7>>.

período ditatorial, motivando até mesmo o encerramento de um acordo de cooperação militar firmado com os Estados Unidos. Assim, o Uruguai procurou estar presente nas discussões acerca desses temas. De importância crescente, as relações com os países da região também entraram para as prioridades da política externa uruguaia, tais que em 1991 assinou-se o Tratado de Assunção, transformando o Uruguai em sócio-fundador do Mercosul.

Quanto aos militares, mesmo mantendo um alto grau de autonomia em relação ao poder político, necessitavam de algo que os justificasse da maneira como se configuravam. Vale mencionar que as Forças Armadas mantiveram-se com um certo excesso de contingentes ainda remanescentes do regime autoritário. Concluindo que a simples dispensa acarretaria problemas sociais, visto que as Forças Armadas ainda serviam como importante fonte de emprego e renda a seus efetivos, o governo buscava alternativas para solucionar dois problemas: uma função digna para as Forças Armadas que lhes permitissem continuar se aprimorando profissionalmente e, por outro lado, conseguir manter financeiramente essas forças que, por sua vez, viram seu orçamento transferido a outras áreas do Estado depois que saíram do poder.

É neste aspecto que as operações de paz aparecem como uma resposta, a princípio, eficiente. Nesta época, o governo uruguaio, presidido por Lacalle (1990-1995), entendeu que as operações de paz poderiam ser um apoio significativo às questões internas do país, pois os integrantes das Forças Armadas já não podiam ocupar as diferentes funções governativas. O ano de 1992, talvez seja o mais importante na história do Uruguai em sua presença em operações de paz. A partir deste ano, com o convite das Nações Unidas para integrar à *United Nations Authority Transition in Cambodia* (UNTAC), para a qual o Uruguai destinou engenheiros, médicos, técnicos em comunicações, contingentes navais, além dos tradicionais observadores militares, o Uruguai incrementa substancialmente seu apoio às operações de paz, multiplicando o número de efetivos enviados e diversificando suas funções.

A partir da experiência na UNTAC, o Uruguai aumentou a sua participação em operações de paz de forma a chegar a ser um dos países que mais contribuem com essas, dando uma função aos seus efetivos militares outrora pouco ocupados. As operações de paz resolveram parte dos problemas financeiros das Forças Armadas, já que a ONU reembolsa o país pelo gasto com os equipamentos e ainda oferece um salário aos efetivos, que, dependendo da posição e da função exercida, supera em dez vezes o salário oferecido pelo Estado.

A política de incentivo à participação em operações de paz do governo uruguaio expôs a necessidade de órgãos e sistemas específicos que agilizassem os processos internos e organizassem os envios dos contingentes a partir das Forças Armadas. Neste mesmo sentido, como a participação massiva de efetivos militares constituía algo novo para as Forças Armadas uruguaias, que exigia uma formação específica que preparasse os soldados que integrariam as Forças de Paz, ainda que com conteúdos básicos, foi criado o Sistema Nacional de Operações de Paz (SINOMAPA) e a Escola Nacional de Operações de Paz Uruguaia (ENOPU).

O SINOMAPA foi criado em 1995 através do decreto 560/994. O órgão tem por função principal a coordenação dos preparativos e assessoria à participação em Operações de Paz. Responde ainda por pesquisas sobre as disponibilidades e condições de apoio às operações de paz, avalia periodicamente os convênios e acordos, elabora planos de financiamento e cuida de questões logísticas para o envio de tropas. Elabora ainda as diretrizes seguidas nos treinamentos e instruções de oficiais, bem como presta assessoria à presidência da República.

As funções do SINOMAPA, de acordo com a própria instituição, resumem-se em sete itens principais: 1) coordenar esforços e assessorar sobre a participação em Operações de Paz; 2) realizar o levantamento das condições de apoio; 3) avaliar, periodicamente, as convenções e acordos acerca das operações de paz; 4) planejar a participação nacional; 5) elaborar planos de financiamento e logístico para essas operações; 6) elaborar as diretrizes para a prática e treinamento e 7) planejar a rápida disponibilização de recursos³.

3 Dados adaptados do site do Exército Uruguaio < <http://www.ejercito.mil.uy/rpp/sic/006misiones.htm> > e do Ministério da Defesa uruguaio < www.mdn.gub.uy >.

O aumento do envio de efetivos militares às operações de paz trouxe também a necessidade da promoção de uma instrução específica para esse tipo de atividade. Deste modo, decidiu-se pela criação de institutos que tinham como finalidade a preparação teórica e prática dos efetivos militares designados às operações de paz.

Essas instituições passaram por várias reformas antes de constituírem a atual Escola Nacional de Operações de Paz Uruguaia (ENOPU). Em 1995, foi criado o Centro de Instrução para Operações de Paz do Exército (CIOPE), ligado ao Estado Maior do Exército. O CIOPE baseava suas instruções nas experiências acumuladas, ainda que estas se resumissem a observações militares. O Exército detinha a coordenação do CIOPE, no entanto, a formação oferecida por este órgão se estendia às outras Forças.

O conteúdo oferecido pela ENOPU passa pela formação específica das experiências uruguaias, acrescentada pelas disciplinas recomendadas pela ONU, através de seu Sistema Integrado de Treinamento (SIT), que inclui noções de direitos humanos, política internacional e outros ligados à promoção da paz.

Palavras finais

A política de envio de efetivos militares uruguaios a operações de paz não é uma novidade da década de 1990 embora seja a partir desta data que elas se demonstram como um instrumento eficaz para a resolução de alguns problemas internos das Forças Armadas. A experiência uruguaia em operações de paz constitui uma das mais duradouras entre os países que se dispõem a colaborar com essas iniciativas. Considerando a Força Militar Neutra, operante na Guerra do Chaco, o país soma mais de meio século em experiências com operações de paz.

Tais atividades deram ao Uruguai uma espécie de *know how* que o coloca entre os primeiros do mundo no que se refere às questões de promoção da paz. É importante ressaltar que, embora possua uma vasta experiência, o Uruguai raramente ocupou posições de liderança nas operações que participa. O que mais conta, no entanto, é o grau de profissionalização adquirido pelas Forças Armadas uruguaias em função de sua presença em operações de paz.

As modificações geradas na estrutura e configuração na organização das Forças Armadas acabaram capacitando os militares a fazer frente às ameaças ao país. É verdade que, atualmente, a percepção de ameaça mais significativa reside no narcotráfico que, no Uruguai é tratado como fator pertinente à Polícia Nacional.

Recentemente houve uma tentativa do governo uruguaio em transferir alguns soldados com experiências em operações de paz para o comando da Polícia Nacional. A medida ainda está em andamento, no entanto, o que se percebe é uma migração de efetivos do exército à segurança privada. Segundo dados divulgados pela imprensa uruguaia, há cerca de 14 mil agentes de segurança privada no Uruguai o que pode revelar uma percepção de insegurança no interior do país.

Analisando a história do Uruguai e suas relações com seus vizinhos, é possível considerar que o apoio dado pelo Uruguai às operações de paz pode estar ligado às questões de defesa em meio ao contexto regional, embora seja uma questão já superada há certo tempo. O Uruguai tem limites com as duas principais potências militares da região, Brasil e Argentina, que já interferiram consideravelmente nas questões internas do país. Assim, a defesa de ideais pacíficos, confirmados pela sua grande presença nas operações de paz pode significar uma tentativa do governo uruguaio de dissipar possíveis ameaças provenientes desses países.

As operações de paz proporcionam ainda uma visibilidade externa. Ao se juntar à ONU em operações de paz o Uruguai consegue promover sua política externa e fundamentar seu tradicional discurso internacional de apoio à Paz, respeito ao Direito Internacional, incentivo à normatização das operações internacionais, entre outros. É importante ressaltar que há pouco aproveitamento das operações de paz no que se refere a posicionamentos bilaterais. Por exemplo, não há engajamento político para a cooperação ou mesmo o desenvolvimento de relações comerciais com os países que receberam tropas uruguaias. Essa situação, no entanto, parece em vias de mudanças, pois há

projetos de cooperação em diversas áreas com o Haiti. No entanto, até o momento, as discussões entre diplomatas, setores civis, iniciativa privada e governamentais pouco evoluíram.

Por fim, sobram ainda algumas críticas em relação aos equipamentos das Forças Armadas. Acontece que por exigência das Nações Unidas, o país que contribui com equipamentos deve oferecê-lo em boas condições de uso, o que faz com que o Uruguai envie seus melhores carros, aviões, helicópteros, entre outros às operações de paz, inviabilizando o uso destes no próprio território em caso de tragédias naturais ou instabilidades sociais.

Referências Bibliográficas

- A/47/277 – S/24111. *An Agenda for peace*. United Nations General Assembly, 17 June 1992. Disponível em <<http://www.un.org/Dosc/SG/agpeace.html>> Acessado em 10/10/2007.
- ARTEAGA, Juan Jose. *Uruguay – Breve historia contemporánea*. Fondo de Cultura Económica. Ciudad Del Mexico, 2002.
- BIGATÃO, Juliana. *Manutenção de Paz e resolução de conflitos: respostas das Nações Unidas aos conflitos armados intra-estatais na década de 1990*. (2009) Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas “PUC-SP, UNESP, UNICAMP”. São Paulo. 2009.
- BIGATÃO, Juliana. *Operações de manutenção da paz no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos intra-estatais*. Disponível em: <www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Juliana> Acesso em: out de 2008
- BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (ORGs). *Paz e terrorismo: textos dos Seminário Desafios para a política de segurança internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e América*. São Paulo. HUCITEC. 2004
- CHIRICO, Selva Lopez. *El Estado y las Fuerzas Armadas en el Uruguay del siglo XX*. Ediciones de la Banda Oriental, Montevideu, 1985.
- LUIZ FILHO, Arlindo. *Forças de Paz: a experiencia brasileira*. Rio de Janeiro: ESG, 1994
- PNUD. *Overcoming Barriers: Human mobility and development*. (Human Development Report 2009). New York, 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf>. p. 159 – 161
- RIAL, Juan. *Las Fuerzas Armadas: ¿soldados-políticos garantes de la democracia?* Ediciones de la Banda Oriental, Montevideo, 1986.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption Perception Index 2009*. Disponível em: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009>.
- VALES, Tiago P. *Política externa, forças armadas e operações de paz: as contribuições uruguaias*. 2011. 124 Folhas. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.
- VALES, Tiago P; PADUA, A. S. ; AOKI, Juliana. O Conselho de Defesa Sul-Americano e a Segurança no Mercosul. In: VII Encontro Internacional Fórum Universitário do Mercosul, 2009, Foz do Iguaçu. VII Forum Universitário do Mercosul, 2009.

Resumo

Este trabalho propõe analisar as razões pelas quais o Uruguai vem mantendo uma política de envio de efetivos militares a operações de paz e quais as implicações para suas Forças Armadas. Para tanto, traça-se um histórico das relações do Estado uruguaio com suas Forças Armadas, de modo a delimitar a importância que as operações de paz adquiriram para os militares no Uruguai. Aborda-se também as evoluções das operações de paz desde a criação da ONU (1945) até os anos 2000.

Abstract

This paperwork aims to analyse some reasons why Uruguay is maintaining a policy of sending its military forces to peacekeeping operations and points some implications to Armed Forces. In a way to construct a background we proposes a historical analysis about the relations of the Uruguayan Estate and its Armed Forces in order to define the importance of peacekeeping operations for militaries in Uruguay. It address also an evolution of peacekeeping operations since 1945, when United Nations become its sponsor.

Palavras chave: Operações de Paz; Uruguai; Nações Unidas

Keywords: Peacekeeping operations; Uruguay; United Nations

Recebido em 25/08/2011

Aprovado em 14/10/2011

